



Escola Rural Vicentina

SÃO VICENTE DE PAULO

AESVP – Educandário São Vicente de Paulo

Entidade Mantenedora: Associação de Educação São Vicente de Paulo

CNPJ: 61.532.826/0005-10 - Inscrição Municipal - ISENTA

Estrada do Magarça, 516 - Tel. (21) 96766-3699

CEP: 23035-380 - Campo Grande - Rio de Janeiro - RJ

Portaria nº: 2319 - MEC - Portaria: E/SUBEC/CED/GRE nº436

E-mail: secretaria@ersvp.g12.br

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

DA

ESCOLA RURAL VICENTINA

SÃO VICENTE DE PAULO

Rio de Janeiro

ESCOLA RURAL VICENTINA SÃO VICENTE DE PAULO

ÍNDICE

I – Justificativa	4
II – Identificação	4
III – Finalidades e Objetivos da Escola Rural São Vicente de Paulo	4
IV – Princípios Norteadores da Projeto Político Pedagógico	5
a) de ordem filosófica.....	5
b) de ordem epistemológica	5
c) de ordem didático-pedagógica	6
V – Marco Referencial	7
1. Marco Situacional	7
2. Marco Doutrinal	7
3. Marco Operativo	8
3.1 no âmbito comunitário	8
3.1.1 Relacionamentos	8
3.1.2 Organização da escola em Pastoral	8
- Pastoral de alunos	8
- Pastoral dos professores e funcionários	8
- Pastoral dos pais	8
3.1.3 Atividades que agregam valor.....	8
3.2 no âmbito administrativo	9
3.3 no âmbito pedagógico	9
3.3.1 Conteúdos Escolares	10
3.3.2 Avaliação	11
3.3.3 Metodologia	12
VI – Diagnóstico da Realidade Escolar	12
1. Dados quantitativos	13
1.1 Por segmento	13
1.2 Disponibilidade de pessoal	13
1.3 Características físicas da Escola	13
1.4 Horário de Funcionamento	13

2. Dados Qualitativos	14
a) Caracterização da clientela	14
b) Qualificação profissional	14
c) Estrutura de reuniões da equipe técnico-pedagógicas.....	14
VII – Programação	15
1. Objetivos	15
2. Políticas e Estratégias	15
VIII – Organização Curricular	15
a) Nível e modalidades oferecidos	15
b) Critérios para Organização Curricular	16
c) Organização Curricular	16
1 . Educação Infantil	16
1.1 Finalidade e objetivos específicos	16
1.2 Componentes Curriculares	16
1.3 Avaliação	17
2. Ensino Fundamental	17
2.1 Finalidades e objetivos específicos	17
2.2 Componentes Curriculares	17
3. Inclusão	18
3.1 Objetivos	18
IX – Sistema de Avaliação, Promoção, Frequência e Recuperação de Estudos	
1. Sistema de Avaliação, Promoção e Frequência	19
1.1 Avaliação dos Estudantes de Inclusão	21
2. Recuperação de Estudos	21
X – Critérios Adotados para Recebimento de Alunos que participam de Estudos no Exterior	22

XI - Controle, Acompanhamento e Avaliação da Proposta Pedagógica.....	22
1. ao funcionamento da Instituição	22
2. à Programação Educacional	22
2.1 quanto ao desempenho dos alunos	22
2.2 quanto ao relacionamento com a comunidade	22

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA RURAL VICENTINA SÃO VICENTE DE PAULO

I – Justificativa:

Em 2024 realizamos o processo de atualização coletiva da Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Rural Vicentina São Vicente de Paulo, na perspectiva do planejamento participativo e estratégico, para o triênio 2018 / 2020. Através da metodologia de ação-reflexão-ação, temos vivenciado a implantação da Proposta, buscando, a cada dia, maior aproximação do Marco Referencial, elaborado pelo conjunto de professores, coordenação e direção.

Considerando o aspecto dinâmico do processo educacional, queremos ressaltar a constante atualização deste PPP e manifestar a nossa intenção de ampliar os níveis de participação, envolvendo toda a comunidade educativa, o que, com certeza, virá legitimar este documento.

Através do Projeto Político Pedagógico, pensamos em progressivas inovações educacionais, a fim de contribuir para que a Escola Rural Vicentina São Vicente de Paulo desenvolva o seu processo educacional de forma cada vez mais organizada, mais eficiente, em um melhor clima de trabalho e de relações interpessoais.

Abaixo, relacionamos algumas estratégias / mecanismos implementados e/ou aperfeiçoados no decorrer desse tempo, como desdobramento desse PPP.

- Elaboração do Marco Operativo das Áreas de Conhecimento, dos Setores e dos diferentes segmentos.
- Programação propondo linhas de ação com base em diagnósticos elaborados.
- Reuniões por série, objetivando uma maior integração entre as áreas de conhecimentos.
- Dinâmicas de grupo para o aperfeiçoamento das relações interpessoais.
- Pesquisas internas como facilitador da análise da realidade.
- Projetos interdisciplinares.
- Atualização dos professores.
- Implantação de processos de recuperação e outros.

Uma vez elaborado o Marco Referencial, partimos para a análise crítica e criteriosa da nossa realidade, tendo em vista novas alternativas para superação das deficiências encontradas e o aprimoramento de estratégias selecionadas, considerando, também, novas demandas decorrentes da legislação, do mundo do trabalho e da revolução científico-tecnológica.

II – Identificação:

A Escola Rural Vicentina São Vicente de Paulo inscrita no CNPJ sob o nº 61.532.826/0005-10 é mantida pela Associação São Vicente de Paulo, entidade de Assistência Social, sem fins lucrativos, com sede na Rua Dr. Satamini, 333 – Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.570.052/0001-52.

III – Finalidades e Objetivos da Escola Rural São Vicente de Paulo:

- a) Baseado nos princípios que emanam do Evangelho, na liberdade e nos ideais da solidariedade humana, a Escola Rural Vicentina São Vicente de Paulo tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho.

b) Objetivos gerais:

- contribuir para a formação integral do educando nos planos físico, intelectual, social, cultural e espiritual;
- proporcionar o desenvolvimento das múltiplas potencialidades dos alunos, visando à construção de uma autoestima positiva como meio para a autorrealização;
- propiciar o desenvolvimento do pensamento reflexivo e da consciência crítica, através de práticas educativas democráticas e comprometidas com o bem comum, tendo em vista o exercício da cidadania;
- estimular a integração escola-família e escola-comunidade, buscando estreitar parcerias para a viabilização do PPP de forma mais conectada à realidade na qual os alunos estão inseridos;
- comprometer-se com processos qualitativos de ensino e de aprendizagem, realizando os investimentos necessários para a melhoria contínua dos recursos humanos e materiais, tendo em vista a busca da excelência da educação na Escola Rural Vicentina São Vicente de Paulo;
- estimular relações educativas fraternas, através do exercício da compreensão, da tolerância e do respeito mútuo, com base nos valores que emanam do Evangelho;
- incentivar práticas investigativas e de pesquisa como metodologia de trabalho, voltando-se para a natureza com um sentido de preservação e comprometimento com o meio ambiente.

IV – PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:

a) de ordem filosófica

- Que se anunciem os valores evangélicos humanísticos libertadores, vivenciando o amor, a justiça, a verdade e a solidariedade iluminados pela Fé, trazendo como referência a palavra de Deus e os ensinamentos da Igreja Católica.
- Que se denuncie toda a forma de injustiça contra o ser humano, propondo uma educação transformadora voltada para a formação do cidadão responsável, consciente de sua atuação na sociedade, enquanto agente de mudança para uma realidade mais fraterna.
- Que se promova uma educação conectada com a realidade, considerando as demandas do mundo contemporâneo e se encontrem alternativas para os problemas emergentes da sociedade, visando sempre ao bem comum e comprometendo-se com melhores condições de vida para todos.

b) de ordem epistemológica

- Que o processo de aprendizagem seja pessoal e ativo, construído a partir do “querer aprender”, exigindo a participação e o empenho do educando, considerado um ser histórico.
- Que a aprendizagem se processe no espaço da construção coletiva e a partir do confronto entre o “novo” e o “diferente”, mobilizando o sujeito a buscar o equilíbrio cognitivo, assimilando e adaptando o conhecimento às suas estruturas de pensamento e possibilitando, ainda, o desenvolvimento de novas estruturas.
- Que a aprendizagem se dê por aproximações sucessivas e organizadas, numa ordem de complexidade, e seja facilitada pelos processos de construção de significados, realizados pelos alunos, no decorrer do processo de ensino e de aprendizagem.

- Que todo o indivíduo tem um potencial de aprendizagem específica a ser desenvolvido em níveis diferentes de forma singular em níveis diferentes.
- Que o conhecimento seja visto na sua totalidade e dinamicidade, apontando para práticas interdisciplinares e dialéticas, contrapondo-se à abordagem linear e fragmentada.
- Que o conhecimento seja construído ou reconstruído numa dinâmica própria, o que justifica o seu caráter provisório, contrapondo-se ao conhecimento acabado/estático.

c) de ordem didático-pedagógica

- Que a prática educativa instigue o desenvolvimento do educando de forma a ajudá-lo a compreender e a participar das relações sociais, políticas e culturais da realidade, como cidadão consciente.
- Que a prática educativa busque a autonomia responsável do fazer, tanto do professor como do aluno, através de uma relação dialógica e reflexiva, indispensável à construção da cidadania.
- Que os conteúdos sejam organizados e tratados de forma contextualizada e voltados para o desenvolvimento social.
- Que do aluno seja cobrada a participação ativa no processo de construção do conhecimento, e valorizada a sua produção.
- Que o professor assuma um papel de mediador entre o aluno e o objeto do conhecimento, apoiando e incentivando o processo de aprender a aprender.
- Que a prática pedagógica não seja discriminatória, entendendo as diferenças existentes no contexto social.
- Que a prática educativa considere os novos paradigmas surgidos a partir das mudanças tecnológicas e das demandas do mundo atual.
- Que as linguagens e códigos sejam tratados como instrumentos necessários à construção do conhecimento.
- Que os saberes sejam trabalhados de forma a desenvolver o interesse pela pesquisa, sempre relacionadas a valores éticos e à provisoriedade do conhecimento e que ajudem o aluno a conhecer, interpretar e intervir na realidade de forma mais consciente; ajudem, também, a resgatar sua história e a história de seu povo, bem como a se relacionar com a natureza, sem destruí-la.
- Que a qualidade da educação desejada seja na forma mais abrangente, sempre avaliando e acompanhando o processo de aprendizagem no âmbito das competências e habilidades, para reorientar a prática pedagógica, visando ao padrão estabelecido nesta Proposta.
- Que a disciplina seja enfocada na linha da participação e do comprometimento com o código de ética construído por todos os envolvidos no processo educacional, valorizando o autoconhecimento, a autonomia moral e a prática de relações dialógicas.
- Que a avaliação seja processual e contínua, considerando a provisoriedade e gradatividade do conhecimento construído, visando à recuperação das dificuldades detectadas em busca da melhoria constante do processo educacional.

A transversalidade, a diversidade, a autonomia, a interdisciplinaridade e a contextualização são princípios adotados como estruturadores da aprendizagem dos conteúdos escolares e da avaliação.

V – MARCO REFERENCIAL – é a tomada de posição da Instituição que planeja com relação à sua identidade, à sua visão de mundo, à sua utopia, a seus valores, seus objetivos, seus

compromissos. Baseia-se em pressupostos teóricos e implica opções conscientes e fundamentadas.

1. Marco Situacional:

a) A realidade em que estamos inseridos.

Estamos presenciando uma profunda e ampla transformação política, econômica, social e ideológica. A par disso, está o capitalismo globalizante e suas propostas para organizar a sociedade em função do mercado e dos interesses privados e empresariais.

Portanto, chamam a nossa atenção:

- explosão da violência urbana;
- a manipulação da mídia;
- a economia recessiva;
- o desemprego e, com este, a explosão da violência urbana;
- a descrença em relação à justiça e à política;
- a falta de projetos adequados às questões sociais e ambientais;
- o enfraquecimento das manifestações indígenas, dos sem-terra, dos sem-teto;
- a corrupção desmedida nos vários setores da sociedade.

Todos os aspectos relacionados vêm influenciando profundamente a vida de todos nós, levando a uma cruel inversão de valores, em que a cultura e o saber são bastante negligenciados; desestimulando um número significativo de jovens quanto ao estudo e dificultando-lhes a realização plena da vida profissional.

Entretanto, nesse quadro geral, a Igreja Católica toma um novo rumo: abre novas discussões e mantém seu compromisso, através das pastorais, da Campanha da Fraternidade e de outros movimentos, numa conscientização dos grupos que atuam na formação dos jovens, no cenário político e na população. Também não podemos deixar de reconhecer os grandes avanços científicos e tecnológicos que, quando utilizados de forma adequada, propiciam uma melhor qualidade de vida.

E, finalmente, a proposta da Escola Rural São Vicente de Paulo ratifica a nossa preocupação e a nossa vontade de atuar de forma cada vez mais comprometida, contribuindo para um Brasil mais justo.

2. Marco Doutrinal:

A nossa ação educativa baseia-se na Filosofia Evangélico-Libertadora, fundamentada nos valores cristãos, tendo em vista uma educação evangelizadora, libertadora, dialógica, participativa, crítica e comunitária.

Queremos uma igreja comunitária, atuante e solidária com os mais necessitados. Uma igreja que cumpra a sua missão evangelizadora, através de uma ação pastoral eficaz, respeitando a cultura dos povos, que articule fé e vida, que vivencie, na prática, o amor, o respeito, o acolhimento.

Considerando que o homem é o elemento fundamental na organização de uma sociedade, precisamos ajudar a formar cidadãos participativos, conscientes de seus direitos e deveres, competentes, capazes de criticar com fundamentação. Uma pessoa humana, sensível, solidária, fraterna, seguidora dos princípios evangélicos, capaz de contribuir para a transformação da realidade social existente.

3. Marco Operativo:

3.1. no âmbito comunitário

Favorecer práticas pedagógicas que estimulem a participação de toda a Comunidade Educativa.

3.1.1. *Relacionamentos*

Propomos uma relação interpessoal fundamentada no respeito mútuo, no diálogo verdadeiro, que se concretize no saber ouvir, no poder falar e na aceitação das diferenças.

Desejamos que cada pessoa seja corresponsável pelo processo de crescimento pessoal e comunitário. Para isso, o exercício dos direitos e deveres deve ser vivenciado dentro de uma postura ética.

3.1.2 – Organização da Escola em Pastoral:

- ✓ Pastoral de alunos
- ✓ Pastoral dos professores e Funcionários
- ✓ Pastoral dos Pais

3.1.3. *Atividades que agregam valor:*

- Atividades Interdisciplinares
- InterAmigos (Gincana Interativa)
- Caminhada Ecológica
- Celebrações Litúrgicas
- Comemorações Cívicas
- Concurso de Redação
- Excursões culturais e de lazer
- Festa da Família
- Festa Junina
- Mostra Científica e Cultural
- Olimpíada de Matemática
- Olimpíada Desportiva Vicentina
- Pesquisas de Campo
- Projetos Solidários
- Semana da Cultura Brasileira
- Semana Literária
- Teatro
- Karatê
- Judô
- Ballett
- Dança
- Futsal
- Vôlei

3.2. no âmbito administrativo:

A estrutura e a organização escolar devem fundamentar-se em princípios democráticos e estar a serviço do SER HUMANO. Para isso, é essencial o exercício constante da reflexão sobre a prática e a implantação de políticas de investimento na capacitação continuada, incluindo as reuniões para estudo e planejamento.

3.3. no âmbito pedagógico:

Considerando que hoje existe a consciência de que o trabalho pedagógico deve ser realizado no equilíbrio e na harmonia do desenvolvimento de cada ser humano e que a rapidez de mudança da sociedade brasileira interferem na formação de valores, torna-se necessário, que ao repensarmos nossa prática, *oportunizemos* caminhos que conduzem à criatividade e à expressividade dos educandos para que atuem no mundo em que vivem com sabedoria e justiça e assim transformem o hoje e o amanhã em dias melhores.

A partir dessas referências, as dimensões teóricas internacionalistas / construtivas serão apresentadas como referência de práticas que permitam ao aluno ser sujeito de sua própria aprendizagem, atuando de modo inteligente, em busca de compreensão do mundo que o rodeia, criando e coordenando relações entre acontecimentos e objetivos.

Os currículos entendidos como o conjunto de todo pensar e agir assumidos pela Escola, para o desenvolvimento do aluno, permitem que se concretize a concepção de pessoa, de sociedade, de conhecimento e de cultura.

Os componentes curriculares que compõem parte do currículo tem como finalidade favorecer a aprendizagem significativa de fatos, de conceitos, de procedimentos e de atitudes. Assim sendo, os conteúdos adquirem significação na medida que contribuem, para que o aluno compreenda o mundo no qual vive se posiciona frente a ele e seja capaz de assumir uma ação transformadora deste mesmo mundo, tendo em vista o bem comum.

O currículo globalizante e a interdisciplinaridade conduzem à integração das diferentes áreas do conhecimento e ao desenvolvimento de todas as dimensões de pessoa, possibilitando o equilíbrio entre sentir, pensar e fazer.

A interdisciplinaridade que supõe um eixo integrador, é um movimento de troca entre especialistas, parceria, mediação entre os saberes. Favorecendo o diálogo, inclui a visão de complementaridade sem que ninguém ocupe o lugar do outro, busca o sentido, o significado que tudo e todos têm para o universo e relaciona de forma dinâmica o todo com as partes. Relaciona-se com a aquisição de conhecimento na perspectiva da totalidade e não da fragmentação.

A transdisciplinaridade refere-se a temas que perpassem todo o currículo, sem constituírem disciplinas e que devem ser desenvolvidas nos vários conteúdos curriculares.

O tratamento contextualizado do conhecimento é o recurso que a escola tem para tirar o aluno da condição de espectador passivo. Permite que o conteúdo do ensino leve a aprendizagens significativas que mobilizam o aluno e estabelecem entre ele e o objeto do conhecimento uma relação de reciprocidade.

3.3.1. *Conteúdos Escolares*

Vemos os conteúdos como instrumentos para o desenvolvimento de habilidades e competências.

Os conteúdos devem ser organizados segundo critérios de relevância para o padrão de ensino que se quer e estruturados de forma não-linear, numa gradação de dificuldades.

O projeto educacional expresso na Base Nacional Comum Curricular amplia a noção de conteúdos escolares para além de fatos e conceitos, passando a incluir procedimentos, valores, normas e atitudes. Ao considerar as outras dimensões do conteúdo escolar, ressalta-se o comprometimento com a formação integral do aluno, tendo em vista sua vinculação à função social da escola.

Os conteúdos conceituais referem-se à construção ativa das capacidades intelectuais para operar com símbolos, ideias, imagens e representações que permitem organizar a realidade. Ao longo de suas experiências, os alunos vão atingindo conceitualizações cada vez mais abrangentes, o que os leva à compreensão de princípios (conceitos de maior nível de abstração).

A aprendizagem de conceitos permite organizar a realidade, mas só é possível a partir da aprendizagem de conteúdos referentes a fatos (nomes, imagens, representações), através da memorização, que não deve ser entendida como processo mecânico, mas como recurso que torna o aluno capaz de representar informações de maneira genérica – memória significativa – para poder relacioná-las com outros conteúdos.

Apesar de conteúdos procedimentais sempre estarem presentes nos projetos de ensino (pesquisa, um experimento, um resumo, uma maquete) muitas vezes não são tratados como objetos de ensino que necessitam de intervenção direta do professor para serem aprendidos. A consideração dos conteúdos procedimentais nos remetendo ao desenvolvimento de habilidades intelectuais tão necessárias ao saber fazer é fundamental, pois permite incluir, no planejamento, conhecimentos que têm sido tradicionalmente excluídos do ensino como a revisão do texto, a argumentação construída, a comparação dos dados, a verificação, a documentação e a organização, entre outros.

Já os conteúdos atitudinais permeiam todo o conhecimento escolar e a sua não compreensão como tal faz com que estes sejam comunicados e aprendidos de forma inadvertida, sem que haja uma deliberação clara sobre esse ensinamento.

A aprendizagem de atitudes não passa apenas pela informação, é necessária uma prática constante, coerente e sistemática, em que valores e atitudes almejados sejam expressos nos relacionamentos interpessoais e na escolha dos assuntos a serem abordados. Além das questões de ordem emocional, tem relevância no aprendizado dos conteúdos atitudinais o fato de cada aluno pertencer a um grupo social, com seus valores, atitudes e diferenças.

A análise dos conteúdos, à luz dessa dimensão, exige uma tomada de decisão consciente e eticamente comprometida, interferindo diretamente no esclarecimento do papel da escola na formação do cidadão.

Considerar conteúdos procedimentais e atitudinais, além do conceitual, não representa “aumento” na quantidade de conteúdos a serem trabalhados, porque eles já estão presentes no dia a dia da sala de aula.

Os conteúdos são organizados em função da necessidade de receberem um tratamento didático que propicie um avanço contínuo na ampliação de conhecimentos, tanto em extensão quanto em profundidade, em função das possibilidades de compreensão por parte do aluno e selecionados buscando uma integração horizontal e vertical expressos nos planejamentos.

3.3.2. Avaliação

A avaliação do processo ensino/aprendizagem leva em consideração os princípios filosóficos, epistemológicos e didático-pedagógicos que fundamentam a proposta pedagógica como referência teórica para a sua prática. Com função diagnóstica-formativa e somativa, sempre comprometida com a aprendizagem e com a inserção de todos no processo, estrutura-se em três etapas de certificação como forma de retratar o desempenho do aluno, através de registro com notas, para os alunos matriculados nas turmas de 2º ao 9º anos e relatórios para os alunos matriculados nas turmas de Educação Infantil ao 1º ano.

Propomos uma avaliação investigativa inicial, de conhecimento da realidade a ser trabalhada para que o professor possa adequar o seu planejamento estruturando a programação, definindo os conteúdos e o nível de profundidade em que devem ser abordados. Esse tipo de avaliação não deve se restringir apenas ao início do ano ou dos períodos letivos, é pertinente sempre que o professor propuser novos conteúdos ou novas sequências de situações didáticas, o que justifica o processo contínuo e cumulativo de avaliação. Desse modo os resultados passam a ser concebidos como indicadores para a reorientação do processo ensino/aprendizagem.

Avaliamos através de instrumentos diversificados como observação sistemática com anotações significativas que podem se traduzir em conceitos atitudinais, análise das produções individuais do aluno durante todo o processo de construção e outras atividades específicas do tipo testes e provas nas quais os alunos possam demonstrar os conhecimentos e habilidades desenvolvidas, possibilitando, assim, concluirmos sobre as competências de que são capazes. Essas formas de avaliar devem estar ajustadas às características da matéria, ao momento do processo de aprendizagem e às individualidades do aluno/turma.

É importante que o aluno tenha clareza do que se pretende avaliar, dos critérios a serem utilizados e o professor, das expectativas do aluno. Isso vem confirmar a nossa visão de que o processo avaliativo deve ser bilateral, com o comprometimento de professor e aluno nos resultados de aprendizagem e nos desafios a serem superados.

Na sua função diagnóstica, através do acompanhamento do processo de aprendizagem para reorientar o ensino, buscamos avaliar o aluno em sua totalidade, detectando que dificuldades (na área do saber, ser e fazer) estão impedindo o sucesso do processo; ao mesmo tempo avaliamos as estratégias metodológicas utilizadas, buscando o ajuste necessário para a superação de dificuldades.

Alguns aspectos devem ser observados no processo de avaliar: a valorização da produção individual (o que não se contrapõe ao aspecto coletivo do ato de aprender), a provisoriidade dos resultados (o aluno é um ser em potencial), a necessidade de registros (o conhecimento vai se construindo a partir de hipóteses), o caráter mediador (o professor deve criar situações problemas que coloquem o aluno em confronto com o objeto de conhecimento). Acreditamos na avaliação como instrumento de mediação na busca da autonomia moral e intelectual.

- Recuperação.

Atendendo à legislação e considerando o princípio da provisoriidade e gradatividade próprio do processo de construção do conhecimento, o nosso sistema de avaliação propõe a todos os alunos que não atingiram os objetivos propostos a Recuperação Paralela, visando à superação dos hiatos que acontecem durante o processo de aprendizagem através de: revisões sistemáticas para detectar as dúvidas, espaço para esclarecimento das mesmas, reorientação de estudos e outras atividades inseridas no processo ensino aprendizagem.

- Critérios para Aprovação.

Além da média 7,0, por componente curricular, o aluno precisa ter no mínimo 75% de frequência total da carga horária anual para ser aprovado, do 2º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental.

É no Conselho de Classe, espaço de reflexão do processo pedagógico, que serão acordadas as decisões após análise dos resultados avaliativos, propondo-se os encaminhamentos necessários.

3.3.3. Metodologia

Propomos uma metodologia ativa, problematizadora e participativa, em que o aluno aprenda pensando, desenvolvendo a sua iniciativa, a capacidade de análise e reflexão, o diálogo e a responsabilidade.

Os métodos de ensino devem desenvolver habilidades intelectuais, exercitar o pensamento reflexivo na solução de problemas e tomada de decisões. Devem visar, também, à integração social dos alunos, bem como estimular sua participação em outros níveis que não apenas o intelectual.

O trabalho do professor deve ser contextualizado no âmbito mundial, adequando-se às diversidades do conteúdo sociocultural do país como também à história educativa dos alunos.

A aprendizagem é facilitada quando é significativa para o aluno, sendo necessário que o professor interfira pedagogicamente no processo, criando situações didáticas instigadoras em busca de novas soluções, descoberta, investigação, associação de conhecimentos já aprendidos. Nessa visão, deve-se valorizar o processo, a criatividade e a qualidade do aprendido.

Uma das formas de se criar a disponibilidade para a aprendizagem é relacionar o mundo da escola ao mundo vivido pelo aluno através dos recursos que os meios de comunicação oferecem.

O como fazer também é um ponto relevante na metodologia de trabalho. A pesquisa, a experimentação, a construção do conhecimento, a aula operatória, a exposição provocativa, o diálogo, o debate, a sistematização são procedimentos coerentes com o tipo de educação que queremos propor.

A produção individual do aluno deve ser valorizada e a partilha dessa produção terá um sentido não só de socialização do conhecimento construído como também de complementação, retificação ou ratificação.

E nesse contexto de ensino/aprendizagem, consideramos a dúvida um fato de grande valia para reelaboração de hipóteses para o ressignificado, através do confronto entre o que o aluno produziu e a produção acadêmica já existente, favorecendo a formação do cidadão autônomo e participativo como sujeito do seu processo de aprendizagem.

VI. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR – é um juízo sobre uma realidade concreta (prática de escola) à luz dos critérios estabelecidos no Marco Referencial para se descobrirem as necessidades da Instituição, tendo em vista a melhoria contínua do processo educacional.

1. Dados quantitativos

1.1. Disponibilidade de pessoal:

- Nº de professores: 44
- Nº de coordenadores pedagógicos: 02

- Nº de funcionários:56
- Nº de orientadoras educacionais: 01
- Nº de Assistente Social: 01
- Nº total da equipe da Escola: 104

1.2. Características físicas da Escola:

- salas de aula: 11
- laboratórios – Ciências/ Biologia/ Química/ Física: 01
- laboratórios de Informática: 01
- biblioteca: 01
- auditório: 01
- sala de Multimídia: 01
- sala de Professores: 01
- salas da Educação Infantil: 05
- sala de Educação Musical: 01
- sala de Mecanografia: 01
- capela: 01
- salas de Coordenação: 02
- salas do Serviço de Orientação Educacional: 01
- pátio de Jogos: 01
- secretaria: 01
- recepção: 01
- quadras de Esporte : 02
- depósito de material: 01
- banheiros para alunos: 27
- vestiários: 02
- cantinas:01
- fazendinha- 01
- horta-01
- piscina- 01

1.4. Horário de Funcionamento:

EDUCAÇÃO INFANTIL

Todas as séries: Manhã: 7h às 11h30

Tarde: 12h30 às 17h00

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS

1º a 5º ano: Manhã: 7h às 11h30

Tarde: 12h30 às 17h00

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

6º a 9º ano: Manhã: 07h às 12h00 (ou 12h45h no caso do 6º tempo)

ENSINO INTEGRAL

Infantil ao 5º ano: Manhã: 07h15 às 12h30

Tarde: 17h às 18h

2. Dados Qualitativos:

a) Caracterização da clientela

A Escola Rural São Vicente de Paulo atende a alunos na faixa etária entre 1(um) e 15(quinze) anos.

Os alunos, de um modo geral, possuem um nível sócioeconômico-cultural na faixa do baixo a médio.

Os estudantes e seus pais têm uma expectativa em relação ao Colégio voltada para a formação integral, baseada em valores éticos e cristãos, e para um nível exigente de ensino, de modo a propiciar aos alunos condições de acesso ao ensino superior.

b) Qualificação profissional

* Educação Infantil:

Nº de professores com o Curso Normal: 05

Nº de professores com Licenciatura Plena: 05

Nº de professores com Pós-Graduação: 1

Lato Sensu: 1

* Ensino Fundamental (1º a 5º ano)

Nº de professores com Licenciatura Curta:

Nº de professores com Licenciatura Plena: 12

Nº de professores com Pós-Graduação: 2

Lato Sensu: 1

* Ensino Fundamental II (6º a 9º ano)

Nº de professores com Licenciatura Plena: 11

Nº de professores com Pós-Graduação: 4

Lato Sensu: 2

Strictu Sensu:

c) Estrutura de reuniões da Equipe Educacional

- Reunião semanal da Diretora com as Coordenações Técnico, Administrativa e pedagógica.
- Reuniões continuadas de atualização pedagógica com a equipe educacional.
- Reuniões extraordinárias do Órgão Assessor com a Diretora.
- Reuniões periódicas dos professores com a Coordenação Pedagógica e/ou Segmento.
- Reuniões periódicas com os pais.

VII – PROGRAMAÇÃO

1. Objetivos

- a) Criar espaço de análise crítica da Proposta Pedagógica junto à comunidade educativa, objetivando o alcance de nossas metas
- b) Divulgar a Proposta Pedagógica e refletir com pais e professores

- c) Organizar processo de estudo relacionado com o Sistema de Avaliação sempre buscando o aprimoramento do processo ensino/aprendizagem através do autoconhecimento e da superação das dificuldades
- d) Contribuir para a formação do cidadão ético e autônomo
- e) Vincular a utilização da tecnologia à Educação como recurso facilitador e propulsor de produção de conhecimento
- f) Incentivar uma prática que dê prioridade à produção de conhecimento relacionado à vida
- g) Redimensionar a questão da disciplina na escola
- h) Estimular a participação da família na escola

2. Políticas e Estratégicas

- Que haja transparência nas decisões tomadas quando não for possível a participação de todos.
- Que haja firmeza na cobrança de normas definidas no PPP.
- Que se use uma metodologia de ação reflexão, avaliando continuamente os desempenhos, reconhecendo limitações, buscando o aperfeiçoamento.
- Que se viva um clima de respeito e cordialidade nas relações interpessoais.
- Que se analise o contexto de forma global e ampla objetivando a formação de cidadãos críticos.
- Que se criem mecanismos que favoreçam o hábito de estudo diário, cobrando e valorizando o cumprimento das tarefas propostas.
- Que se invista na atualização dos professores, promovendo encontros, palestras e congressos.

VIII – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

a) Nível e modalidades oferecidos:

A Escola Rural São Vicente de Paulo oferece o nível de Educação Básica em duas modalidades:

- Educação Infantil
- Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais

b) Critérios para Organização Curricular

O currículo se organiza a partir da necessidade de oferecer um ensino que contribua para o desenvolvimento do raciocínio lógico, habilidades de análise, síntese, prospecção, leitura de sinais e agilidade na tomada de decisões:

- domínio das linguagens, dos códigos, dos instrumentos e dos conhecimentos sócio culturais, indispensáveis à integração social e à articulação do mundo do conhecimento com o do trabalho;

O conhecimento escolar constitui-se de um conjunto de conceitos, procedimentos e atitudes discutido sob diferentes perspectivas, mas, fundamentalmente, associado às experiências sociais e culturais dos alunos.

Na organização dos currículos buscamos:

Ressaltar a importância do currículo como meio para a concretização da proposta pedagógica, possibilitando ao aluno o desenvolvimento integral e a capacidade de inserção social e crítica no meio em que vive.

c) Organização Curricular

1. Educação Infantil

1.1. Finalidade e objetivos específicos

1.1.1. Finalidade

a) Desenvolvimento integral da criança de 1(um) até 5(cinco) anos e 11 (onze) meses, em seus aspectos físicos, psicológicos, cognitivos e sociais.

b) Fortalecimento dos vínculos com a família e dos laços de solidariedade humano.

c) A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece direitos de aprendizagem e desenvolvimento para as crianças da Educação Infantil, garantindo uma proposta pedagógica que respeita suas particularidades e potencializa suas experiências. A BNCC orienta a construção do currículo dessa etapa com base em uma abordagem que valoriza a interação, o brincar e a participação ativa das crianças no processo de aprendizagem.

Na Educação Infantil os conteúdos estão estruturados nos Campos de Experiência, que representam os espaços de exploração e descoberta das crianças, possibilitando o desenvolvimento integral por meio da vivência e da interação com o mundo.

Os Cinco Campos de Experiência estabelecidos pela BNCC são:

1. O Eu, o Outro e o Nós

- Incentiva a construção da identidade, o respeito à diversidade e o desenvolvimento das relações interpessoais.

2. Corpo, Gestos e Movimentos

- Explora a comunicação e expressão corporal por meio do movimento, das brincadeiras e das interações com o ambiente.

3. Traços, Sons, Cores e Formas

- Desenvolve a criatividade e a expressão artística, utilizando diferentes linguagens como música, artes plásticas e dramatização.

4. Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação

- Estimula o desenvolvimento da oralidade, da imaginação e da comunicação por meio de histórias, conversas e brincadeiras simbólicas.

5. Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações

- Promove a descoberta do mundo físico, das noções matemáticas e das relações espaciais e temporais a partir da experimentação e da observação.

A escola, alinhada às diretrizes da BNCC, desenvolve práticas pedagógicas que possibilitam às crianças explorar esses campos de experiência de forma significativa e contextualizada, respeitando seu ritmo de aprendizagem e garantindo um ambiente acolhedor e estimulante. A proposta curricular valoriza o protagonismo infantil e a

interação com os pares, compreendendo a criança como sujeito ativo na construção do conhecimento.

Assim, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição reflete o compromisso com uma educação infantil de qualidade, pautada no brincar, na investigação e na vivência social, promovendo o desenvolvimento integral das crianças e assegurando os direitos de aprender, conviver, brincar, participar, explorar e expressar-se.

1.1.2. Objetivos específicos

- a) Propiciar situações que facilitem o processo de desenvolvimento da criança em seus múltiplos aspectos, estimulando a autonomia e a interação com o meio ambiente.
- b) Desenvolver a criatividade, a autoestima e a cooperação.
- c) Criar, em todas as etapas, um ambiente alfabetizador visto como um processo contínuo.
- d) Propor atividades que contribuam para a estruturação ou reestruturação da leitura que a criança faz de sua realidade.
- e) Instigar ao questionamento e à produção de conhecimento, através da aprendizagem por descoberta.

1.2. Componentes Curriculares (Linguagem oral e escrita, Conhecimento Lógico Matemática, Conhecimento do Mundo, Artes Visuais e Linguagem Musical, Natureza e Sociedade, Língua Estrangeira, Brincar, Identidade e Autonomia, Movimento e Corporeidade, Ensino Religioso, Informática Educativa)

Os conteúdos na Educação Infantil estão organizados por área de estudo e devem ser desenvolvidos de forma integrada e contextualizada e de acordo com os estágios de desenvolvimento da criança, mas considerando a zona de desenvolvimento proximal como espaço para a intervenção pedagógica.

1.3. Avaliação

Os profissionais elaboram relatórios que têm por objetivo manter a família informada e com maior nível de participação no processo de desenvolvimento de seu filho.

A nossa avaliação é baseada em observações sistemáticas dos professores ligados diretamente à criança no dia a dia escolar, objetivando a avaliação de acordo com o desenvolvimento de seu processo global, encarando possíveis dificuldades como desafios para vencer.

As observações são registradas durante as atividades, nas quais as crianças vivenciam e experimentam diferentes situações no relacionamento com o grupo social, favorecendo as estruturas de pensamento fundamentais nas diferentes etapas: cognitivas, afetivas e psicomotoras, tão importantes no desenvolvimento de cada ser individualmente.

2. Ensino Fundamental

2.1. Finalidades e objetivos específicos

2.1.1. Finalidades

- a) Formação básica do cidadão, mediante o domínio pleno da leitura, da escrita e do cálculo.

- b) Compreensão do sistema social e político, da tecnologia e das artes
- c) Fortalecimento dos vínculos com a família e dos laços de solidariedade humana.
- d) Desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender.

2.1.2. Objetivos Específicos

- a) Propiciar situações que facilitem o processo de aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e de habilidades para a formação de atitudes e valores, capacitando para o exercício da cidadania, através de um protagonismo responsável.
- b) Contribuir para o desenvolvimento da autonomia moral e intelectual, estimulando o autoconhecimento e a construção de uma autoestima positiva.

2.2. Componentes Curriculares

2.2.1. O Currículo do Ensino Fundamental norteia suas ações pedagógicas nos seguintes princípios:

- a) princípios éticos – da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- b) princípios políticos – dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
- c) princípios estéticos – da sensibilidade, da criatividade e da diversidade das manifestações artísticas e culturais.

2.2.2. O Plano Curricular é constituído da Base Nacional Comum Curricular e da Parte Diversificada, estabelecendo relação entre as “Áreas de Conhecimento”, visando à formação do cidadão crítico, através da contextualização e da interdisciplinaridade.

2.2.3. As disciplinas que compõem o plano curricular do Ensino Fundamental na Escola Rural São Vicente de Paulo:

- a) Base Nacional Comum:
 - Língua Portuguesa
 - Matemática
 - Ciências
 - Geografia
 - História
 - Educação Física
 - Artes
 - Língua Estrangeira (Inglês)
 - Projeto de Vida
- b) Parte Diversificada:
 - Ensino Religioso
 - Educação Tecnológica
 - Horta (Infantil e Fundamental I)
 - Educação Socioemocional
 - Educação Financeira

2.2.4. As diversas Áreas do Conhecimento deverão abordar os temas transversais propostos nos PCNs e outros que surgirem decorrentes de interesses ou necessidades da comunidade educativa, atendendo à função social da escola.

Nessa proposta, os temas trabalhados são:

Ética e Cidadania
Trabalho e Consumo
Pluralidade Cultural
Meio ambiente
Saúde e Orientação Sexual
Solidariedade
Educação para o trânsito

3. *Inclusão*

3.1. Objetivo

A escola deve garantir condições de acesso, participação, permanência e aprendizagem de todos os estudantes. Garantir o acesso e a permanência de estudantes na escola, importante que o processo de desenvolvimento e aprendizagem aconteça de forma significativa, eficaz, tendo como parâmetro as especificidades e limites de cada estudante.

Sabe-se e entende-se que todos são diferentes. Percebê-la como valor é um processo que se estabelece em todas as esferas da vida e que se legitima individual e socialmente.

Plano Educacional Individualizado (PEI)

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento pedagógico que visa garantir que cada criança seja acompanhada de forma única, respeitando suas particularidades, necessidades, potencialidades e ritmos de aprendizagem.

Reconhecemos que cada estudante é um sujeito singular, com sua própria trajetória de desenvolvimento, e por isso, o PEI é elaborado de forma personalizada, contemplando estratégias, objetivos e metas específicas para cada criança.

Através do PEI, a escola reforça seu compromisso com uma educação inclusiva, sensível e intencional, na qual o planejamento pedagógico parte da escuta atenta, da observação cotidiana e do diálogo constante entre professores, coordenação pedagógica e família.

Esse documento é, portanto, mais do que uma ferramenta de registro: é um instrumento de cuidado e acompanhamento, que assegura a construção de práticas pedagógicas coerentes com as necessidades reais de cada educando, promovendo uma aprendizagem significativa e o pleno desenvolvimento integral da criança.

IX – SISTEMA DE AVALIAÇÃO, PROMOÇÃO, FREQUÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

1. SISTEMA DE AVALIAÇÃO , PROMOÇÃO E FREQUÊNCIA

A avaliação escolar integra e se insere no processo educativo, objetivando aferir a qualidade do conhecimento desenvolvido, diagnosticar as dificuldades, desenvolver o

autoconhecimento e a autonomia, tendo em vista a melhoria contínua do processo de ensino e de aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem deve ser cumulativa, contínua e processual, abrangendo os conteúdos conceituais, factuais, procedimentais e atitudinais.

A avaliação na Escola Rural São Vicente de Paulo assume as funções processual diagnóstico-formativa e somativa, distribuída em 3 (três) períodos letivos.

A avaliação diagnóstico-formativa e somativa visa a detectar os avanços e as dificuldades de aprendizagem no dia a dia de sala de aula, contribuindo para a reorientação do processo de ensino e de aprendizagem, comprometendo professores e alunos na tomada de decisões e na resignificação dos erros.

Ao término de cada período letivo ocorre a comunicação do desempenho dos alunos através da identificação numérica, qualitativa ou conceitual dos patamares alcançados pelos alunos, representados, documentalmente, através de Boletim/Relatório.

Os registros avaliativos devem propiciar a reflexão, por parte do professor/aluno, família/escola sobre o processo de ensino/aprendizagem a partir de indicadores que remetam ao padrão de qualidade desejada, além de subsidiar o processo de recuperação paralela.

Na Educação Infantil e no 1º ano do Ensino Fundamental, a avaliação do desenvolvimento do aluno em relação aos objetivos propostos é expressa através de relatório escrito e comunicado aos pais para que estes possam acompanhar o processo educativo de seus filhos.

No Ensino Fundamental a aferição do desempenho do aluno dar-se-á através de instrumentos diversificados, (observação direta do professor, trabalhos, provas, e outras atividades que tenham esta finalidade) de modo que o aluno possa demonstrar domínio dos conteúdos, das habilidades e das competências previstas nos objetivos educacionais.

O resultado da avaliação nos âmbitos factual, conceitual e procedimental é expresso em graus na escala de 0 (zero) a 10 (dez), admitidas frações de notas, com uma (1) casa decimal.

A nota da Avaliação da etapa letiva será composta por testes, prova, trabalhos e outras atividades.

O calendário das atividades avaliativas é divulgado no início do ano letivo. Esse é impresso e entregue, via agenda, aos responsáveis. O calendário de avaliações fica à disposição no site da Escola e afixado nas salas de aula.

A fim de estimular a melhoria contínua do processo de aprendizagem, é dada ao aluno a possibilidade de ter a nota de cada período letivo alterada através de uma média ponderada feita entre a nota do período e a nota da recuperação, quando esta for maior. A prova de Recuperação vale 10 (dez) pontos.

O aluno será considerado aprovado quando:

- a) obtiver média anual igual ou superior a 7,0 (sete) em cada componente curricular e mínimo de 75% de frequência do total da carga horária anual, prevista no plano curricular;

- b) No Ensino Fundamental são considerados aprovados, desde que tenham frequência global igual ou superior a 75%, ao término do ano letivo;
- c) Os alunos que obtiverem, no mínimo, Média Anual igual ou superior a 7,0(sete) em cada componente curricular ficando isentos da Avaliação Final.
- d) Os alunos que com prova Final obtiverem, no mínimo, Média Final igual ou superior a 6,0 (seis);
- e) Os alunos que organizados em ciclos ou módulos que obtiverem indicadores de avaliação definidos na Proposta Pedagógica;
- f) Alunos que não se encontrem na hipótese das alíneas anteriores, mas que, tendo frequência igual ou superior a 75%, atinjam Média Final igual ou maior que 6,0(seis) após estudos de recuperação Final em um ou, no máximo, em 3(três) componentes curriculares;

A avaliação da Prova Final ao término do ano letivo é proporcionada para os alunos que não atingiram média final igual ou maior que 6,0(seis) e tem por finalidade corrigir as deficiências básicas dos alunos, adotando como base de tais atividades a revisão de todo o trabalho desenvolvido durante os períodos letivos.

A avaliação da Prova Final será marcada em data que dê um intervalo temporal para que o aluno possa rever os conteúdos programáticos e recuperar-se efetivamente.

A Prova Final tem as seguintes características e regras:

a) Para os estudos de Prova Final são convocados os alunos de Média Parcial inferior a 6,0 (seis) em até, no máximo, 3 (três) componentes curriculares ou disciplinas, cujo percentual de frequência global seja igual ou superior a 75%.

b) Após o período de Prova Final, o aluno só é considerado aprovado quando: Obtiver melhoria de aproveitamento e atingir média igual ou superior a 6,0(seis).

O sistema automaticamente funcionará da seguinte maneira:

- 1- Quando a nota obtida na Prova Final for menor que a nota da Média Parcial, o sistema irá repetir a maior nota, ou seja, Nota da Média Parcial.
- 2- Quando a nota obtida na Prova Final for maior que a nota da Média Parcial, o sistema irá aplicar a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{MPF} + \text{MP}}{2} = \text{ou maior que } 6,0 \text{ (seis)}.$$

Onde:

MPF = Média da Prova Final

MP = Média Parcial (todos os trimestres)

RF = Indicador de Avaliação da Recuperação Final

É considerado Reprovado o aluno que:

- a) O aluno que obtenha Média Final inferior a 6,0(seis) em mais de três componentes curriculares;
- b) O aluno que não atingir Média Final igual ou menor que 3,0 (três), em qualquer disciplina, sem direito à Recuperação Final;
- c) O aluno com frequência inferior a 75%, nas atividades ou componentes curriculares, independente dos resultados obtidos ao longo do ano letivo, sem direito à

Recuperação Final.

O conselho de Classe com a participação da Direção é o órgão competente para dirimir dúvidas sobre o aproveitamento global do aluno ou autorizar eventuais arredondamentos de notas fracionárias entre 6,0(seis) e 7,0(sete).

O aluno que tiver aproveitamento inferior a 6,0(seis) nas turmas de 2ª ao 9º ano é reavaliado pelo Conselho de Classe que decide sobre sua promoção para a série subsequente ou se deve ficar retido no mesmo período por mais um ano letivo.

O aluno que, por motivo justificado, (casos de doença, luto) deixar de fazer alguma prova poderá fazer segunda chamada.

Para que o aluno tenha direito à segunda chamada da prova, o responsável deverá fazer um requerimento, em formulário específico, anexando a documentação que comprove o motivo alegado e entregar à Coordenação no prazo de até **24 horas antes do dia da prova**.

As provas de recuperação não terão segunda chamada, salvo quando por motivos sérios, a Direção junto à Coordenação, após criteriosa análise, decidirem pela aplicação.

A recuperação paralela ocorre mediante revisões, esclarecimentos de dúvidas, reorientações de estudos e/ou outras atividades inseridas no processo ensino aprendizagem e destina-se a todos os alunos inclusive àqueles que atingiram os objetivos propostos nas diferentes disciplinas, em cada período letivo.

1.1 Avaliação para os Estudantes de Inclusão

1.1.1 Portfólio

Este instrumento dará visibilidade ao conhecimento adquirido pelo estudante, ao possibilitar refletir e analisar os estágios de desenvolvimento individual e em grupo.

Essa documentação servirá de material de referência para a próxima série, a qual dará sequência para evitar rupturas no processo de aprendizagem. É importante que sua exibição seja feita trimestralmente.

1.1.2 Relatório de Acompanhamento do Desenvolvimento da Aprendizagem

Será o instrumento utilizado para avaliar a aprendizagem mediante a observação do processo de desenvolvimento trimestral do estudante. O preenchimento do relatório deve ser permeado de muita reflexão sobre o processo que foi observado, pois seu extrato norteará as intervenções que precisarão ser feitas de modo a garantir o direito à aprendizagem

1.1.3 Provas Adaptadas

Verificar o rendimento do estudante com provas adequadas para garantir a equidade e fazer uma análise mais ampla do processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que seus resultados podem oferecer subsídios para o professor tomar decisões importantes a respeito da condução de seu trabalho cotidiano.

1.1.4 Plano de Ensino Individualizado

O PEI visa registrar o caráter individual de cada aluno para que, usando estratégias adequadas, ele possa aprender, assim como os outros estudantes, no ensino regular.

Esse documento é elaborado pelo professor a partir de uma avaliação do aluno com suas necessidades específicas. Essa avaliação será feita pelo professor com a colaboração da Orientação Educacional para o levantamento de necessidades, conhecimentos prévios, potencialidades do estudante.

X- CRITÉRIOS ADOTADOS PARA RECEBIMENTO DE ALUNOS QUE PARTICIPAM DE ESTUDOS NO EXTERIOR:

A matrícula será feita **por reclassificação** para o aluno que participa de Intercâmbio Cultural ou para aluno que tenha residido no exterior temporariamente e, quando retorna, requer matrícula neste estabelecimento, tendo como base as normas curriculares gerais e os seguintes requisitos:

- a) a documentação escolar trazida do país estrangeiro deve conter o visto do Cônsul Brasileiro na Jurisdição do local onde foram realizados os estudos e estar traduzida para o português por tradutor juramentado;
- b) na análise da documentação escolar será considerada a compatibilidade curricular, o aproveitamento e a frequência obtidos pelo aluno;
- c) as complementações ou adaptações, quando necessárias, ocorrerão através de orientação de estudos, trabalhos de pesquisa, produção e/ou outros a critério da Coordenação Pedagógica que se encarregará de orientar e acompanhar este processo.

XI - CONTROLE, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Para alcance dos objetivos propostos, o Projeto Político Pedagógico será acompanhado por procedimentos de avaliação continuada, através de instrumentos diversos.

Considerando o aspecto dinâmico do processo educacional e da própria sociedade, serão implantados processos de avaliação pontuando alguns itens de nossa intenção avaliativa quanto: **Funcionamento da Instituição e Programação Educacional.**

Considerando, ainda, as diversidades e especificidades desse universo social, outras questões poderão ser acrescentadas e outros procedimentos utilizados, tendo em vista a obtenção de resultados úteis e significativos.

Levando em conta o nosso comprometimento com a formação integral da pessoa em seu contexto histórico-social-espiritual mais amplo, os critérios de avaliação serão construídos com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, de modo que possamos ir descobrindo as nossas características marcantes e avaliando as nossas deficiências, para um crescimento pleno.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2025.

Ir. Maria da Penha Andreon
Diretora

Thaís Vieira Bitencourt Guedes
Vice-diretora/Coordenadora

